

## Organizar e valorizar as mulheres do PJU e MPU

A 22ª Plenária da Fenajufe acontece em contexto de consolidação do golpe jurídico-midiático de 2016. Com caráter misógino, o golpe implementa um perverso programa neoliberal que tem como objetivo a desconstrução do Estado brasileiro, o que inclui o fim das políticas públicas para mulheres em todos os setores da sociedade.

Nos anos que antecederam o golpe, a luta das mulheres no Brasil conquistou avanços significativos, tendo como destaque as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, culminada na publicação da Lei Maria da Penha em 2006. A aplicação da Lei Maria da Penha, atribuição de nossa categoria, muito mais que ser um instrumento regulador, atua na mudança da cultura da nossa sociedade. A qualificada atuação de servidoras e servidores do PJU e MPU nas promotorias e varas de defesa da mulher contribui para o reconhecimento do valor do trabalho da categoria e para a consolidação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Contudo, o golpe de 2016, patrocinado pela mídia oligopólia, estimulou o discurso do ódio e trouxe à tona conceitos e preconceitos fundamentados na cultura do patriarcado. Foi isso que aconteceu com a PEC Cavalo de Troia (PEC 181), que teve emenda debatida no Congresso Nacional em 2017 com o objetivo de acabar com o aborto seguro e legal para casos de estupro, anencefalia do feto ou gravidez com risco de morte para a mãe. Como esse, muitos direitos específicos das mulheres foram atacados neste período de golpe e encontrou resistência nos movimentos sociais e feministas, que atuam bravamente contra o retrocesso e pelo fortalecimento dos direitos das mulheres brasileiras.

No contexto das reformas de Temer, a mulher trabalhadora é a mais prejudicada, incluindo as servidoras públicas. A reforma trabalhista e a reforma da Previdência trazem a maior desconstrução de direitos da história do Brasil e colocam as mulheres em situação de maior fragilidade. Aliada ao machismo institucional, as reformas aprofundam a desigualdade de gênero e, conseqüentemente, a exclusão social, política e econômica.

Nos órgãos do Poder Judiciário e do MPU, servidoras se impõem individualmente, sem que a atuação coletiva fortaleça a luta por igualdade na ocupação de cargos de chefia, assessoramento e direção. O crescimento do assédio moral e sexual, apoiado pelo discurso de ódio e pelo sentimento de impunidade para crimes contra os direitos humanos que tomou conta do país, afeta a saúde física e mental das servidoras, sem que qualquer política institucional ou sindical enfrente o problema.

Propomos:

- que a Fenajufe crie comissão para políticas específicas de gênero;
- que a Fenajufe promova em 2018 formação sobre igualdade de gênero no setor público;
- que a Fenajufe realize até o próximo Congresso levantamento sobre o perfil das mulheres servidoras do PJU e MPU, para subsidiar a formulação de políticas específicas para as mulheres servidoras.

### Coletivo Democracia e Luta

Subscvem as delegadas(os) e observadoras(es):

1. Ana Paula Cusinato – DF
2. Mara Weber – RS
3. Anny Rodrigues Figueiredo – RJ
4. José Aristéia – SP
5. José Oliveira – RS
6. Jacqueline Albuquerque – PE
7. Marcelo Carlini – RS
8. Roberta Liana Vieira – RS

53 9. José Oliveira – DF  
54 10. Luciano Amorim Temoteo – DF  
55 11. Eliane Alves – DF  
56  
57  
58  
59 ***Recebida em 09/7/2018, às 23h53***